

Com Temer no poder, o “Estadão” se volta contra a Lava Jato

Carta cartacapital.com.br/blogs/midiatico/com-temer-no-poder-o-estadao-se-volta-contr-a-lava-jato

10 de fevereiro de 2017

Midiático

Um olhar crítico sobre mídia, imprensa, internet e cultura pop.

Dallagnol: até a confirmação do impeachment, o alvo era a corrupção. Agora é ele

Não é segredo que os integrantes da força-tarefa da Operação Lava Jato, assim como o juiz Sergio Moro, responsável por julgar as ações em primeira instância, contam com o apoio da imprensa para avançarem o combate a corrupção.

Em um famoso artigo de 2004, intitulado *Considerações sobre a operação Mani Pulite*, Moro destaca o papel da imprensa como força auxiliar dos investigadores da operação Mãos Limpas na Itália. Mais recentemente, a subprocuradora-geral da República Luiza Cristina Frischeisen, ao agradecer um prêmio internacional recebido pela Lava Jato, destacou que “o apoio da sociedade civil e o trabalho da imprensa (...) podem garantir efeitos duradouros às transformações que estamos vivendo”.

Neste contexto, editoriais recentes do jornal *O Estado de S.Paulo*, aqueles que exprimem as opiniões dos donos do jornal, devem causar certa estranheza aos procuradores e ao magistrado. Após apoiar com afinco as investigações que ajudaram a viabilizar a derrubada de Dilma Rousseff, o *Estadão* se voltou contra a Lava Jato.

Ataques a Dallagnol

Na segunda-feira 7, o jornal escolheu como alvo Deltan Dallagnol, o coordenador da força-tarefa. “Tem gente com poder sobre a operação que, sob o argumento de punir todo e qualquer ato de corrupção, deseja inverter a mais elementar lógica jurídica, pondo em risco o trabalho de toda a operação e, assim fazendo, consagrar no Brasil o direito autoritário, próprio das tiranias”, afirma o *Estadão*.

Na sequência, o jornal diz que Dallagnol procura uma “relativização do direito de defesa” e o critica por defender que “a existência de processo penal contra uma pessoa seria elemento suficiente para alterar o juízo sobre sua inocência” e que a “existência de prova ‘para além de uma dúvida razoável’ seria suficiente para condenar o réu”.

Nesta quarta-feira 9, o *Estadão* voltou à carga contra Dallagnol. Em novo editorial, denunciou “manifestações a favor de um Direito autoritário, próprio das tiranias”, bancadas pelos procuradores e atacou a OAB e o próprio MPF por não censurarem o procurador, defensor de “abusos”, segundo o jornal.

“As leis estão sendo cumpridas”

As posições de Dallagnol são conhecidas desde que ele ganhou proeminência. Pode-se criticar o procurador pelo mérito delas, mas não por falta de coerência. Não é o caso do *Estadão*.

Em 15 de janeiro de 2016, uma carta pública assinada por mais de uma centena de advogados criticou de forma dura a Lava Jato, acusando os investigadores de provocar uma “neoinquisição” e desrespeitar direitos e garantias fundamentais, inclusive a presunção de inocência que o *Estadão* agora defende com ardor. Em janeiro passado, no entanto, o jornal tinha outra visão.

Em editorial de 17 de janeiro, intitulado *Manifesto irrefletido*, o jornal dos Mesquita fez chacota com a carta dos advogados, classificando o documento de “defesa de interesses privados”, “molecagem” e uma empreitada em favor de “seus clientes”.

Sobre a Lava Jato, o jornal tinha a dizer que ela estava “plenamente inserida nos caminhos institucionais”, que “não se vislumbra qualquer ameaça ao Estado de Direito” e que “as leis estão sendo cumpridas”. Preocupava os advogados, afirmava o *Estadão*, somente “a consistência dos passos dados pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário”.

As “Dez Medidas” são boas ou ruins?

No editorial desta quarta-feira 9, o segundo contra Deltan Dallagnol em três dias, o *Estadão* aproveitou para criticar as “Dez Medidas Contra a Corrupção”, idealizadas pela força-tarefa da Lava Jato, bancadas pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e defendidas por Dallagnol em uma grande campanha pelo País.

Para o *Estadão*, as medidas contêm em seu bojo “explícitos abusos”, “como a aceitação de provas obtidas ilicitamente, restrições ao habeas corpus e o fim, na prática, do prazo de prescrição”.

Em julho passado, o jornal pensava diferente. No dia 21 daquele mês, o *Estadão* publicou o editorial *Antes tarde do que nunca* para celebrar o avanço das Dez Medidas na Câmara. Naquele ponto, a publicação defendia a campanha, lembrando se tratar de iniciativa dos procuradores, destinada “a aperfeiçoar, acelerar e tornar mais rigoroso o processo de investigação e julgamento dos casos de corrupção na gestão da coisa pública”.

Para o jornal, aprovar o pacote seria, por parte do Congresso, uma “oportunidade de acelerar o processo de reconquista do apoio e respeito populares” diante do “sentimento majoritário de repulsa dos brasileiros”.

O que motivou a mudança?

A chave para entender a mudança de posição do *Estadão* não está na atuação de Moro e da força-tarefa, que persistem iguais desde o início da Lava Jato, ou em uma repentina conscientização dos donos do jornal a respeito de como a sociedade brasileira deve

avançar. Está no funcionamento de uma redação no Brasil.

Assim como todas as redações nacionais, o *Estadão* tem em seus quadros uma série de jornalistas competentes e gabaritados. A liberdade de atuação de editores e repórteres varia, no entanto, conforme a “maré”. O ímpeto jornalístico da redação é libertado quando os alvos das reportagens são de interesse dos donos da publicação, mas contido quando não interessa a eles.

As mudanças no mar em que os jornalistas navegam são informadas apenas raramente de maneira explícita. No caso do *Estadão*, em que os editorialistas têm uma grande proximidade com os donos do jornal, os editoriais têm um peso grande. Os textos da página 3 são, portanto, recados ao “chão da fábrica”.

E a mensagem neste caso parece evidente. Quando a petista Dilma Rousseff estava no poder e a empreitada contra ela estava alicerçada na campanha anticorrupção, o apoio à Lava Jato era parte do *script* para derrubar um governo visto como indesejado pelo *Estadão*.

Confirmado o impeachment, a maré virou. A ênfase sai do combate à corrupção e passa para uma alegada proteção de direitos fundamentais. O objetivo único da mudança do *Estadão* parece ser, entretanto, proteger seus interesses, contemplados por Michel Temer (PMDB), e, por consequência, o próprio governo. Nos últimos dias, o Planalto tem armado uma arapuca para a Lava Jato. Será que os donos jornal embarcaram na expedição?